



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 570669 - SC (2020/0079914-0)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
IMPETRANTE : ALINE RECK BECKER E OUTROS
ADVOGADOS : JEFFERSON DAMIN MONTEIRO - SC026790
ALINE RECK BECKER - SC048633
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PACIENTE : RAMON ANTUNES BITTENCOURT (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, com pedido de liminar, impetrado em benefício de RAMON ANTUNES BITTENCOURT contra decisão de desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, proferida no HC n. 5006971-72.2020.8.24.0000, que indeferiu o pleito sumário.

Extraí-se dos autos que o paciente cumpre pena definitiva, em regime fechado, em estabelecimento prisional na cidade de Criciúma, Estado de Santa Catarina. Pleiteou ao Juízo de primeiro grau a substituição da segregação cautelar por prisão domiciliar, em razão da pandemia mundial do Covid-19, tendo sido indeferido (fl. 323/326).

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* originário, cuja liminar foi indeferida conforme decisão acostada às fls. 17/20.

No presente *writ*, a parte impetrante alega necessidade de superação da Súmula n. 691 do Supremo Tribunal Federal, porquanto mostra-se teratológica a decisão impugnada.

Afirma que o paciente faz parte do grupo de risco para a contaminação pelo coronavírus, pois possui severas patologias, além de ser portador de Diabetes tipo 1, já apresentou quadros graves de tuberculose e pneumonia, necessitando de assistência médico-hospitalar. Invoca a Recomendação n. 62/2020 do CNJ.

Pugna, assim, em liminar e no mérito, pela concessão da prisão domiciliar ao paciente.

É o relatório.

Decido.

A jurisprudência desta Corte Superior, aplicando por analogia o enunciado n. 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal, firmou-se no sentido de não conhecer de *mandamus* impetrado contra decisão indeferitória de liminar na origem, excetuados os casos nos quais, de plano, é possível identificar flagrante ilegalidade ou teratologia do referido *decisum*.

Nesse sentido, destaco os seguintes precedentes:

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS
INDEFERIDO LIMINARMENTE. ÓBICE DA SÚMULA
691/STF. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA.
NÃO OCORRÊNCIA.

AUSÊNCIA DE MANIFESTA ILEGALIDADE OU
TERATOLOGIA NA DECISÃO IMPUGNADA. AGRAVO
DESPROVIDO.

1. Ausente teratologia ou evidente ilegalidade na

decisão impugnada capaz de justificar o processamento da presente ordem, pela mitigação da Súmula 691 do STF, deve-se resguardar a competência do Tribunal Estadual para análise do tema e evitar a indevida supressão de instância.

2. Não há como acolher a tese de flagrante ilegalidade ou teratologia quando os marcos temporais analisados, prima facie, não revelam a ocorrência da prescrição da pretensão punitiva, nos termos pleiteados.

3. Agravo regimental não provido (AgRg no HC 544.768/MG, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, DJe 14/02/2020)

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. IMPETRAÇÃO CONTRA DECISÃO INDEFERITÓRIA DE LIMINAR EM OUTRO HABEAS CORPUS NA ORIGEM. IMPOSSIBILIDADE DE SUPERAÇÃO DA SÚMULA N.º 691 DA SUPREMA CORTE. AUSÊNCIA DE TERATOLOGIA. REGIME INICIAL SEMIABERTO. SAÍDA TEMPORÁRIA. REQUISITO OBJETIVO NÃO CUMPRIDO. NECESSIDADE DE CUMPRIMENTO DE 1/6 (UM SEXTO) DA PENA. HABEAS CORPUS INDEFERIDO LIMINARMENTE. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. Não se admite habeas corpus contra decisão negativa de liminar proferida em outro writ na instância de origem, sob pena de indevida supressão de instância. Súmula n.º 691/STF.

2. Não há ilegalidade flagrante ou teratologia no caso em apreço, mormente porque o entendimento desta Corte Superior é no sentido de que, à luz do disposto no art. 123, inciso II, da Lei de Execução Penal, o condenado deve atender ao requisito do prazo mínimo de cumprimento da pena, mesmo nos casos de condenados em regime inicial semiaberto.

3. Agravo regimental desprovido (AgRg no HC 550.844/SP, Rel. Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, DJe 04/02/2020).

O Tribunal de origem indeferiu o pedido liminar, sob os seguintes fundamentos:

Assim, a presente análise será centrada no único aspecto que se mostra relevante para discussão jurídica proposta: a possibilidade ou não do deferimento de prisão domiciliar ao paciente que estaria nos grupos de riscos relacionados ao COVID-19.

Pois bem. Para fins de decidir sobre a concessão liminar da ordem - que, conforme já apontado, depende da caracterização de manifesta ilegalidade - julgo que a solução se encontra na parte do caput do art. 5º da Resolução 62 do CNJ que recomenda aos magistrados com competência sobre a execução penal que observem o contexto local de disseminação do vírus.

Ou seja, a referida parte do dispositivo em questão ressalta a importância de que a questão seja examinada em atenção ao contexto e às peculiaridades do local onde

o paciente executa a reprimenda, de modo que a recomendação não significa que todo e qualquer apenado fará jus às medidas previstas na Resolução. A partir disso, tenho que a apreciação efetuada pela diligente Magistra da Débora Driwin Rieger Zanini é, ao menos neste primeiro momento, irretocável, porquanto deixou muito claro que, por hora, a situação encontra-se devidamente monitorada nos estabelecimentos prisionais sob sua jurisdição, vejamos:

[..]

Sopesando tais vetores, pode-se concluir os esforços necessários para a contenção da pandemia junto à massa carcerária, porquanto não se pode simplesmente conceder prisões domiciliares sem um critério rígido de avaliação, deixando a sociedade à mercê de uma enxurrada de indivíduos com histórico de criminalidade grave, sobretudo de natureza violenta ou hedionda.

Saliento que não há na Penitenciária Sul ou na Penitenciária Feminina de Criciúma detentos com suspeita de coronavírus. Quanto ao Presídio Regional desta urbe, há 27 presos com sintomas de gripe, não se confirmando nenhuma suspeita de coronavírus. Por recomendação médica e para preservar a integridade física da massa, esses 27 indivíduos estão em completo isolamento e sob controle da administração prisional.

Ainda, as saídas temporárias e as aulas no interior das unidades prisionais estão suspensas, conforme Portaria n. 2/2020 deste juízo, e os apenados do Presídio Regional que estavam usufruindo de tal benesse obtiveram sua prorrogação até 31/3/2020, não retornando ao ergástulo.

Todos os estabelecimentos prisionais, assim como os respectivos servidores que neles laboram diariamente, estão seguindo o protocolo de assepsia recomendado pelo governo (incluindo aferição de temperatura corporal de cada agente prisional, assim como dos advogados que porventura ingressarem na unidade), visando encontrar um equilíbrio entre a tutela da saúde dos detentos e a segurança da sociedade.

Dentro deste panorama, todos os detentos estão resguardados de eventual contaminação, na medida do possível, formando-se uma "muralha" de proteção.

Diante disso, vejo que a "quarentena forçada" pelo recolhimento ergastular se mostra mais segura do que a própria prisão domiciliar, especialmente porque, como não há mais tornozeleiras eletrônicas disponíveis, nada garante que o apenado irá cumprir a ordem de permanência em residência e muito menos os protocolos de higienização recomendados - não obstante ficar a medida praticamente esvaziada do ponto de vista de repressão criminal, que não pode ser ignorado, como vimos acima.

No caso, o(a) apenado(a) sofre de diabetes e conta com histórico de tuberculose e pneumonia, mas tem recebido o devido tratamento no interior do ergástulo.

De qualquer forma, inexistente prova nos autos acerca de atual debilidade grave que impeça a continuidade do resgate da pena da forma como vem sendo feito, de modo que a situação não recomenda a adoção de qualquer cautela maior do que as medidas já tomadas.

Aliás, de se ressaltar que a liminar emanada pelo Min. Marco Aurélio de Mello na ADPF 341, que em tese teria cunho mais impositivo (todavia, não automático), findou por ser revogada pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal.

Por outro lado, a recomendação nº 62/2020 do CNJ não tem caráter vinculante, sobretudo porque a concessão ou não de prisão domiciliar se trata de matéria absolutamente jurisdicional.

Friso que nada impede sua situação seja reavaliada se ocorrer qualquer modificação no quadro apresentado pela unidade prisional, como, por exemplo, uma contaminação que saído controle de vigilância estatal e sanitária

Reafirmo que não há como discordar dessas

colocações neste primeiro momento, devendo-se privilegiar o princípio da confiança no juiz da causa - talvez mais ainda nesta hipótese do que em outras situações em que tal preceito é destacado.

Ressalto ainda que, tal como assentou a autoridade impetrada, nada impede que nova análise seja efetuada, e isso poderá ocorrer também no âmbito desta ação, até mesmo de modo monocrático, em caso de alteração do panorama observado.

Porém, por ora, a melhor solução é o indeferimento da medida liminar pleiteada (fls. 17/20).

Na hipótese, ao menos em juízo perfunctório, não vislumbro a possibilidade de superação do mencionado enunciado sumular. Note-se que o indeferimento da tutela de urgência pautou-se em fundamentação idônea, não havendo ilegalidade flagrante ou teratologia capaz de justificar o processamento da presente ordem, pela mitigação da Súmula 691 do STF.

Assim, de acordo com a pacífica jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, a fim de evitar indevida supressão de instância, deve-se aguardar o julgamento de mérito da impetração pela Corte de origem.

Por tais razões, nos termos do art. 210 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.**

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 03 de abril de 2020.

Ministro Joel Ilan Paciornik
Relator